



Junho de 2004 - Ano 1 - Nº 1

MPDFT

em revista

Uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MEMORIAL

Resgata a história do MPDFT



Leia também nesta edição:

- ✓ **Eleições no MPDFT**
- ✓ **Escolha de atribuições das novas procuradorias**
- ✓ **Promotoria de Defesa os Direitos da Mulher**

Mudança. Essa tem sido a palavra de ordem de nosso trabalho há mais de dois anos e, por uma feliz sintonia, é, hoje, o norte na vida do País. É nesse espírito que apresentamos o informativo MPDFT em revista.

Nesse tempo em que estivemos juntos, aqui na Procuradoria-Geral de Justiça, vivemos sonhos embalados pelo desejo. Desejo de concretizar. Desejo de mudar o estado das coisas. Mudança é o movimento vestido de esperança que nos impulsiona a progredir. Ir em frente. Avançar. É algo íntimo, residente, de dentro para fora, e, por isso mesmo, mais forte.

Ideais temperados pelo romantismo dos sonhos e impulsionados pela força do amor têm, por substância, presença em todos os atos da vida. Isso porque, sem dúvida, toda grande realização humana se fundamenta no amor.

O sonho dá forma ao imaginário; arranca as idéias da estagnação para torná-las visíveis e decodificá-las na dimensão humana. O amor, essa essência incomensurável do ser, é a grande força impulsionadora das crenças, da fé, da esperança. Nele todas as coisas ganham razão e significado. Pode-se dizer que o sonho e o amor são fontes inesgotáveis da vida. Dessa forma, é possível confiar no resultado das grandes obras e de toda contribuição que venha a favorecer a qualidade de vida.

Com base nesses conceitos, acreditamos que o momento - o hoje, o agora - é o caminho para termos um amanhã muito melhor, muito mais especial. O futuro é agora. Temos trabalhado muito para isso, acreditando em nossas possibilidades, acreditando na criação de relacionamento de confiança com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais. Acreditando nas pessoas, antes de mais nada, e no desejo que cada um alimenta de mudar sua vida sempre para melhor.

A par da necessidade de mudança contínua, porém, há a premência da conservação dos valores perenes e universais como a liberdade, a igualdade, a humanidade, o regime democrático os interesses sociais. É nesse contexto que surge o Ministério Público na Constituição

de 1988. O Ministro do Supremo Tribunal Federal José Paulo Sepúlveda Pertence, em brilhante voto que proferiu em 1991, num dos primeiros julgamentos relevantes que envolvia a autonomia da Instituição, registra o reforço de sua "convicção, manifestada em palestra de setembro de 1988, às vésperas de promulgar-se a nova Constituição, de que, nela, nenhuma instituição do Estado sairia tão fortalecida e prestigiada como o Ministério Público, em relação aos nossos textos constitucionais anteriores".

O Ministério Público vive novos tempos e está consciente das novas funções e responsabilidades. O problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos das pessoas, não é mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los, afirma Norberto Bobbio. E assevera: "O problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados".

O respeito e o conceito social de que desfruta a Instituição a tornam importante instrumento da efetivação da cidadania. A democracia é o governo do povo, mas é, antes, o governo dos cidadãos. Sem consciência da cidadania, o povo é, apenas, massa de manobra informe e, sempre, à mercê de falsas lideranças.

O Ministério Público aproxima-se cada vez mais da sociedade civil, quer como defensor do interesse público primário, quer como defensor dos interesses sociais, verdadeiro defensor do povo. Somos contemporâneos da construção da Instituição: o Ministério Público como o braço forte da sociedade. Para tanto, a maturidade política, a humildade pública e a prudência jurídica são indispensáveis.

O Ministério Público é fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Na Instituição está materializada a história de um povo, sua relações sociais, políticas, econômicas, religiosas. Todos buscam

um Ministério Público que contribua para que a sociedade seja mais justa e mais democrática, que possa responder à realização dos nossos sonhos.

O Ministério Público está cotidianamente presente na vida dos brasileiros e dos brasileiros. Entretanto, para a maioria das pessoas, a Instituição permanece desconhecida. E é com o objetivo de tornar a Instituição mais próxima da sociedade e divulgar as principais iniciativas que surge o MPDFT em revista. A edição que ora chega às vossas mãos constitui uma das últimas medidas adotadas nesses dois anos em que estivemos juntos.

Encerramos nosso mandato com a firme convicção do dever cumprido.

Aproveitamos o ensejo para agradecer a todos quantos contribuíram com a Procuradoria-Geral de Justiça para o exercício da nobre missão de chefia e, em especial, àqueles que mantiveram conosco, pessoalmente ou não, laços sinceros de companheirismo, apoio nos momentos difíceis, alegria nas horas de contentamento.

A todos os integrantes do Conselho Superior nossa gratidão pela forma construtiva e pela cordialidade que nortearam os trabalhos daquele colegiado. Agradecemos, também, à Corregedoria-Geral e à Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão por terem exercido, conosco, tão nobres atribuições.

Reafirmamos, ainda, nossa mais profunda gratidão a Deus por ter nos conduzido com serenidade e paz interior em nossas atividades diárias.

Temos pela frente novos desafios. E, para vencê-los, é imprescindível a participação de todos, indistintamente. A consolidação do Ministério Público, objetivo maior do nosso trabalho, depende de cada um de nós, de que nos mantenhamos firmes, unidos. Miguel de Cervantes dizia que um sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só; um sonho que se sonha junto se torna realidade. Sonhemos todos juntos, pois.

Com abraços fraternais e votos de muito sucesso a todos.

Eduardo Sabo

ADINs evitam abusos do poder público

O aumento do número de Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINs - propostas nos últimos doze meses pelos órgãos legitimados pela Constituição de 1988 - chama a atenção para o instrumento que cada dia mais interfere positivamente no dia-a-dia da sociedade como meio de garantia dos direitos coletivos. Só no ano passado, o procurador-geral de justiça do Distrito Federal e Territórios, Eduardo Sabo, ajuizou treze ADINs. Isso coloca o órgão entre os principais proponentes de ações dessa natureza. Além do Ministério Público, outros órgãos e instituições podem propor ações de inconstitucionalidade.

Somadas às ações propostas pelas demais instituições, contam-se mais de 60 ações diretas em andamento no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, das quais cerca de 50 já foram analisadas. Nos quatro primeiros meses de 2004 já foram ajuizadas 20 Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Com as liminares obtidas com base nessas ADINs, foram suspensas as leis questionadas na Justiça.

É principalmente em relação ao controle do Executivo que o Assessor de Controle de Constitucionalidade do MPDFT, Oto de Quadros, enxerga os

maiores avanços no uso das ADINs no Distrito Federal. Segundo ele, as ações são consideradas atualmente um dos mais eficientes meios para a atuação do MPDFT. Ele ressalta que as ADINs colaboram efetivamente para o estabelecimento de limites nas legislações que podem pôr em risco a ordem, a segurança e a ética. "Muitas vezes essas leis contrariam o interesse público e a Constituição de maneira flagrante", diz Quadros.

Direitos e qualidade de vida

Publicada em 1996, uma lei da Câmara Distrital dispensava a exigência de alvarás para templos religiosos no DF. Seus efeitos foram suspensos a partir de uma ADIN proposta pelo MPDFT. Como estava, a lei atenuaria as exigências mínimas de segurança para o funcionamento dos templos, colocando em risco a vida de milhares de fiéis. Com aparência de benfeitora, a lei, no fundo, ocultava um perigo para a população.

Graças a outra ADIN, os cidadãos do Distrito Federal não verão as terras públicas doadas para igrejas, como pretendia uma lei, também aprovada pela Câmara Distrital. Doações dessa natureza são contrárias à Lei Orgânica do Distrito Federal, que é sua Constituição.

Para preservar os princípios de impessoalidade e da moralidade no serviço público do DF, o Ministério Público entrou com ADIN e conseguiu a concessão de liminar contra a distribuição de autorizações e permissões para a prestação de serviço de transporte público por particulares sem a devida licitação. Outra ação proposta pelo MPDFT para defender a obrigatoriedade da licitação prevista na Lei Orgânica e na Constituição Federal impediu a venda direta de imóveis públicos aos seus invasores.

Não fosse pela eficácia das ADINs, o cidadão do Distrito Federal teria assistido à criação indiscriminada de cargos de confiança no GDF, ao invés da realização de concursos públicos. Também assistiria à venda de inúmeros lotes destinados às escolas públicas. Tais intenções do governo foram barradas após a ação do MPDFT.

Da mesma forma, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios conseguiu impedir a privatização indiscriminada dos estacionamentos públicos localizados no Distrito Federal. A privatização restringiria a livre locomoção dos motoristas.

Análise

Com o "rol de legitimados" ampliado a partir da Constituição de 1988 - até então somente o Procurador-Geral da República podia propor ações desse tipo - as ADINs passaram a servir cada vez mais aos interesses da coletividade. No mesmo viés, o Ministério Público passou a se servir mais rotineiramente do instrumento, a ponto de se estabelecer não só no Distrito Federal, como também nos estados da federação, uma espécie de "cultura" de oposição às inconstitucionalidades nas leis propostas, sobretudo pelo poder Executivo. Com isso, ganham a democracia e a sociedade. A primeira sente os efeitos a longo prazo. A segunda vê imediatamente no seu dia-a-dia o resultado de uma atuação constante do Ministério Público em defesa dos seus direitos. O Distrito Federal é exemplo nos dois casos.



Democracia marca transição no MPDFT



Eleição acirrada com discussões civilizadas. A façanha foi obtida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Nove candidatos disputaram os votos dos 329 integrantes do Ministério Público para compor a lista tríplice, 50% mais que os participantes da disputa há dois anos. A campanha foi marcada pela cordialidade, sem que isto fosse impedimento para a exposição clara das propostas de cada um dos candidatos.

O ponto alto foi um debate de alto nível realizado no dia 6 de maio. Os candidatos tiveram 10 minutos para expor suas plataformas e responderam às perguntas da platéia, com cerca de 100 promotores e procuradores. O debate contou com a presença do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles. A lista tríplice, composta pelos nomes do procurador de justiça Rogério Schietti e pelos promotores de justiça Leonardo Bandarra

e Diaulas Ribeiro foi encaminhada por Fonteles ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que vai escolher o nome do novo procurador-geral de justiça do Distrito Federal e Territórios.

Na eleição, realizada em 12 de maio, Leonardo Bandarra obteve 189 votos, Rogério Schietti, 161 votos e Diaulas Ribeiro, 105 votos. Também foram candidatos os promotores de Justiça Antônio Marcos Dezan, Edmilson Marçal, Maurício Miranda, Zacharias Mustafá Neto e os procuradores de justiça, Eduardo Albuquerque e Lélia Maria Duarte de Cerqueira.

Além da civilidade, a campanha foi marcada pela decisão do procurador-geral, Eduardo Sabo, de não disputar a indicação. Sabo resolveu não concorrer por uma questão de princípios defendidos por ele inclusive em sua tese de doutorado. Ele considera que,

para garantir a autonomia e independência próprias do cargo, o ideal é um mandato de três anos sem a possibilidade de recondução. "Acreditamos firmemente que a renovação bienal ou o mandato trienal, além de fortalecer os traços democráticos inerentes à nossa instituição, defensora maior do regime democrático, revela-se como solução mais eficiente ao enfrentamento das questões graves que se apresentam no dia-a-dia da administração e na identificação e condução imparcial dos interesses maiores do Ministério Público", disse o procurador-geral em correspondência enviada aos colegas em 16 de abril.

O MPDFT tem uma característica que o diferencia dos demais, a indicação de seu chefe pelo presidente da República. Embora a atribuição seja do presidente da República, o chefe do MPDFT tem o papel de fiscalizar ações do governo do Distrito Federal e dos deputados distritais.

Registros de momentos da votação



Escolhidos para integrar a lista tríplice



Leonardo Bandarra



Rogério Schietti



Diaulas Ribeiro

Eduardo Sabo recebe homenagem do Conselho Superior



O procurador-geral de justiça, Eduardo Sabo, recebeu homenagem especial na última sessão do Conselho Superior do MPDFT, realizada no dia 4 de junho. A homenagem ocorreu após a sessão solene do Conselho para a promoção de Fernando César Valente ao cargo de procurador de justiça.

A homenagem deve-se à dedicação de Sabo na condução das atividades do Conselho Superior do MPDFT na função de presidente - assim como no exercício da função de procurador-geral de justiça. Durante a homenagem, o procurador de justiça João Ramos discursou em nome dos colegas.

Em sua exposição, o procurador destacou a "forma excepcional" com que Eduardo Sabo se portou na chefia da instituição durante os últimos dois anos. Ramos ressaltou que o procurador-geral - que deixa o cargo este mês - esteve todo o tempo envolvido

com o fortalecimento da missão constitucional do MPDFT, "defendendo com firmeza as posições institucionais junto ao tribunal local e aos tribunais superiores e o Congresso Nacional", conforme o orador.

O discurso enfatizou o trabalho de fortalecimento do MPDFT desenvolvido

na gestão de Eduardo Sabo. Foi uma referência à realização de novos concursos, a posse de novos integrantes da carreira e a ampliação do quadro de servidores. João Ramos destacou ainda a elaboração do projeto da segunda etapa do edifício-sede do MPDFT, a continuidade das obras das promotorias do Gama e da Infância e Juventude.

Gestão de Competências e Habilidades

Em relação à melhoria das condições profissionais no MPDFT, o pronunciamento do procurador fez referências ao trabalho de desenvolvimento humano realizado por meio do Programa de Gestão de Competências e Habilidades. O programa utiliza os meios mais atuais para estimular o crescimento pessoal e profissional dos servidores com repercussões em todo o desempenho da equipe.

O procurador João Ramos encerrou seu discurso citando o Sermão da Montanha, em referência à postura pacificadora que Eduardo Sabo demonstrou à frente da instituição: "Bem aventurados os mansos e pacíficos porque eles possuirão a Terra. Bem aventurados os puros de coração, porque eles verão a Deus."

Promoção a procurador

No dia 4 de junho, o Conselho Superior do MPDFT se reuniu para promover ao cargo de procurador de justiça, o promotor Fernando César Pereira Valente. "Sinto-me feliz por passar a integrar o quadro de procuradores de justiça dessa instituição, mesmo com certa nostalgia por deixar o Tribunal do Júri, onde atuei por 12 anos", afirmou Fernando Valente. Em seu discurso, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Sabo, ressaltou as qualidades do colega: "Corajoso, idealista, independente e ético acima de tudo" foram as expressões usadas para saudar o colega. A procuradora de justiça Lenir de Azevedo fez a saudação ao procurador recém-promovido, em nome do Conselho Superior.

Promotoria de Defesa dos Direitos da Mulher busca parcerias

Com pouco mais de três meses de criação, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher está à procura de parceiros. A meta é ajudar a estabelecer no Distrito Federal algumas das políticas públicas voltadas para a solução do problema da discriminação, do desrespeito e da violência contra as mulheres.

A promotoria foi criada para atuar no recebimento da denúncia nos inquéritos policiais remetidos pela Delegacia da Mulher, implementar medidas judiciais e extrajudiciais ou administrativas de prevenção e repressão às violações dos direitos da mulher, receber e processar representações, notícias criminais e demais expedientes relativos à violência contra as mulheres. A Pro-Mulher pode se tornar um dos mais importantes aliados na defesa dos direitos da mulher, que envolve ainda dezenas de outras instituições dentro e fora do governo.



"No Distrito Federal, existem várias organizações que tratam dos direitos da mulher. Estamos contatando cada uma delas para tentar estabelecer uma sintonia entre todos os envolvidos nesse tema. É preciso conhecer os parceiros e agir em conjunto. O Ministério Público pode colaborar para aglutinar esse segmento", considera Márcia Milhomens, promotora de justiça responsável pela Pro-Mulher.

Capaz de realizar campanhas educativas e fazer recomendações oficiais aos órgãos públicos e privados quando o assunto são os direitos da mulher, a promotoria está indo à luta para conquistar espaço. Fez uma pesquisa e listou uma série de possíveis parceiros. Já expediu correspondências para cerca de 35 entidades ligadas à mulher no DF, formalizando convites para a atuação coletiva.

Enquanto espera, trabalha. Esse é o lema da Pro-Mulher, que nasceu com fôlego para enfrentar uma batalha que muitas vezes se trava de maneira silenciosa. As estatísticas da violência contra a mulher no DF, assim como no resto do País, não refletem a realidade, pois a maior parte dos casos não chega às delegacias. Na maioria das vezes, fica restrito aos muros dos hospitais.

Violência doméstica

A questão da violência doméstica ainda não está suficientemente dimensionada e só agora começa a se tornar mais visível. Não se conhece a incidência desse fenômeno no Brasil. O motivo é a quase total falta de dados absolutos que forneçam um número mínimo de variáveis necessárias à análise do fenômeno.

No final da década de 80, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que 63% das vítimas de agressões físicas ocorridas no espaço doméstico eram mulheres. Pela primeira vez, esse tipo específico de crime era reconhecido oficialmente. Hoje, novos estudos e levantamentos vêm sendo feitos por órgãos estaduais e organizações não-governamentais, o que tem contribuído para tornar o problema ainda mais visível.

Mudanças começam em casa

Até que se torne conhecida em todos os segmentos da sociedade onde tem algo a colaborar, a Pro-Mulher começa no próprio MPDFT, com o trabalho para salvaguardar os direitos fundamentais das mulheres que atuam na instituição. De acordo com a promotora Márcia Milhomens, estão sendo formulados questionários para aplicação no órgão com o objetivo de mapear qual é a situação das mulheres que trabalham na instituição em relação às questões de gênero. "Será que o MPDFT é um órgão que discrimina?", pergunta a promotora.

"Se houver discriminações, teremos que ajudar a corrigi-las", diz. A Pro-Mulher

A Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher funciona de segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas no Setor de Indústrias Gráficas - SIG - Lote 525 - Edifício Xerox - Sala 210

Informações e sugestões também pelo e-mail: mulher@mpdft.gov.br ou pelo telefone: 061 - 3439375.**

também iniciou os estudos sobre a necessidade de implantação de uma creche para atender às mães que atuam no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Outra iniciativa da promotoria foi a de oferecer seu empenho ao Grupo de Trabalho interministerial formado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para elaborar propostas de melhoria na legislação e nas políticas públicas federais para diminuir os problemas enfrentados por milhões de mulheres brasileiras. Pela sua capacidade de promover a conciliação e a solução de conflitos de gênero, a Pro-Mulher poderá dar grande contribuição.

Representante masculino

Criticada por alguns setores que fazem questão de marcar bem as diferenças entre homens e mulheres, a Pro-Mulher funciona comandada pela promotora Márcia Milhomens e por um promotor: Wilson Issao Koressawa, 38 anos, casado e pai de um casal de filhos. O único representante do sexo masculino entre tantas mulheres não se importa com as críticas. Prefere demonstrar total respeito à causa que defende e afirma: "não tenho esse tipo de preconceito". Para ele, o que importa é o que pensam as mulheres e os homens atendidos pela Promotoria.

Sensível à questão, ele pretende realizar um questionário e aplicar entre os usuários da Promotoria. Quer saber se aqueles se incomodam pelo fato de serem atendidos por um homem. De antemão, ele tem ouvido de algumas mulheres que elas preferem falar com outras quando o assunto é a violência. Mas há aquelas que, segundo os relatos, confiam mais em serem ouvidas por um homem em suas queixas. Homens envolvidos nas situações de conflito às vezes sentem-se melhor com seus iguais, conforme muitos dizem. Koressawa segue tranquilo. Ele sabe que é apenas uma questão de identificação e que a discriminação às vezes ocorre às avessas.

O que diz a Constituição

Art. 5º, § 2º - Confere status constitucional aos Tratados e Convenções Internacionais subscritos pelo governo brasileiro, incluindo os relativos aos direitos humanos das mulheres.

Art. 226, § 8º - Estabelece a obrigatoriedade do Estado criar mecanismos para coibir a violência no âmbito da família.

Art. 227, § 4º - Prevê que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Análise

A violência contra a mulher encontra "justificativa" em normas sociais baseadas nas relações de gênero, ou seja, em regras que reforçam uma valorização diferenciada para os papéis masculino e feminino. O que muda de país para país são as razões alegadas para aprovar esse tipo de violência. Diversos estudos realizados na década de 90 revelaram que no Brasil, no Chile, na Colômbia, em El Salvador, na Venezuela, em Israel e em Cingapura é comum que a violência seja aprovada quando ocorre a infidelidade feminina; já no Egito, na Nicarágua e na Nova Zelândia, a mulher deve ser punida quando não cuida da casa e dos filhos; a recusa da mulher em ter relações sexuais é motivo de violência nesses países e também em Gana e Israel. Por fim, a desobediência de uma mulher a seu marido justifica a violência em países como Egito, Índia e Israel.

Fonte: The Johns Hopkins University School of Public Health, 1999.

Programa de Gestão Ambiental muda hábitos e ajuda a conter o desperdício

O MPDFT é um dos poucos órgãos públicos que mantêm entre suas políticas internas um programa especialmente voltado para a questão ambiental. Sob a coordenação da promotora de justiça Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto, o Programa de Gestão Ambiental do MPDFT se consolida como um fator de mudança de comportamento das pessoas que fazem a instituição. Desde o ano passado, o MPDFT aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública, criada pelo Ministério do Meio Ambiente.

A preocupação inicial eram os cartuchos de impressora e o lixo misturado. Agora, todo tipo de material descartável com possibilidade de reutilização é bem-vindo ao programa. Plásticos, cartuchos, metais, vidros e papéis estão deixando de ser jogados fora para terem destinação ambientalmente correta. De agosto de 2003 a fevereiro de 2004, o Programa de Gestão Ambiental do MPDFT recolheu 23.664 quilos de papel e 1.330 quilos de plástico em todo o órgão.

Além disso, garantiu a destinação correta de todos os cartuchos de impressora usados e provocou a inserção de exigência contratual de destinação adequada das lâmpadas por parte das empresas contratadas para a manutenção predial.

O material separado e recolhido segue para a OSCIP Amigos do Futuro. Em contrapartida, a instituição promove ações educativas e dá orientações técnicas para o pessoal do

MPDFT em oficinas, palestras e vídeos sobre a redução do consumo e a reutilização de material.

Energia

O grupo do Programa de Gestão Ambiental apresentou sugestões no que diz respeito aos prédios em construção para incluir itens que garantam redução do consumo de água e energia elétrica. As obras de engenharia do MPDFT já integram em seus projetos os princípios defendidos no âmbito do programa. Sensores de presença para a economia de energia elétrica e descargas de vasos sanitários acopladas, são equipamentos

básicos que estão sendo utilizados nas obras do MPDFT.

Mas o que fará diferença ao final será a atitude de cada indivíduo em relação aos recursos naturais. É no reforço ao comportamento ambientalmente correto que o Programa de Gestão Ambiental tem seu principal enfoque.

"A mudança de atitude no trabalho acaba sendo integrada em outras ações do dia-a-dia", analisa a coordenadora Tânia Regina. Segundo ela, a gestão ambiental já ocorre em quatorze das dezessete unidades do MPDFT. A sensibilização, explica, envolve todos os escalões do órgão e não apenas os servidores. Semanalmente, a equipe do programa visita promotores e procuradores para integrá-los às metas do programa. As visitas servem para mobilizar, orientar e avaliar o que está sendo feito.

Nova mentalidade

Com a coleta seletiva, o MPDFT colabora para a mudança de hábitos do pessoal. A recomendação 'faça a sua parte' é mais profunda do que se imagina. Cada ação individual produz resultado e faz a diferença, sobretudo na qualidade de vida das futuras gerações.

Ao educar, o Programa de Gestão Ambiental do MPDFT colabora para a consolidação de atitudes baseadas no bom senso com o qual o desperdício e o consumo excessivo não combinam.



Memorial preservará a história do MPDFT



Ao centro discursa o ex-procurador-geral José Dilemano Meireles. À direita e à esquerda, respectivamente, os integrantes do MPDFT Antônio Honório Pires e Helenio Rizzo. No canto direito, o então advogado Maurício Corrêa

Átila Sayol, Geraldo Nunes, Gilvan Correia de Queiroz são nomes pioneiros da história do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Esses personagens - ao lado de nomes como o de Sepúlveda Pertence, presidente do Tribunal Superior Eleitoral e de José Jerônimo de Souza, presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - agora fazem parte do memorial da instituição inaugurado no dia 9 de junho, no térreo do edifício-sede, em Brasília. A inauguração do memorial contou com a presença de ex-procuradores-gerais de Justiça, desembargadores do TJDF e integrantes do MPDFT.

Doações

"Qualquer cidadão que queira doar documentos, objetos e outras formas de registro histórico poderá ajudar a

ampliar o acervo do memorial" disse o procurador-geral, Eduardo Sabo, ao convidar a comunidade para participar do resgate histórico do MPDFT. Diversas personalidades que fizeram a história do MPDFT, se comprometeram a contribuir com o enriquecimento do acervo. Entre os presentes, além do presidente do TJDF, estavam os ex-procuradores-gerais de justiça, Geraldo Nunes, Marluce Aparecida Barbosa Lima e Eduardo Albuquerque.

O memorial foi concebido para abrigar documentos que contam a história do MPDFT. São fotos, livros e o primeiro vídeo da série Pioneiros, que traz um depoimento do ex-procurador de Justiça Gilvan Correia de Queiroz. Em 1960, coube a Gilvan Correia, juntamente com o ex-procurador-geral de justiça, Átila Sayol, a transferência do MPDFT do Rio de Janeiro para Brasília.

No depoimento que concedeu ao memorial, Gilvan, hoje com 89 anos, descreve como foi o início da atuação do Ministério Público na capital federal. Correia também fala do primeiro quadro de Defensores Públicos, então cargo inicial da carreira.

Embaixador

Devido à sua reconhecida habilidade de negociador, Gilvan Correia era chamado pelos colegas de 'embaixador'. Sua residência era o local onde se hospedavam e se reuniam os colegas vindos dos estados. A 'embaixada' ficava em uma das quadras da Asa Sul, no Plano Piloto. "Atuei no Ministério Público por 43 anos, tempo no qual aprendi a amar a instituição", diz Gilvan Correia no depoimento. "Saí porque não tinha mais jeito. Se não fosse a aposentadoria compulsória eu estaria aqui dentro,

trabalhando e usufruindo dessa vida maravilhosa, que é a de defesa dos interesses indisponíveis da sociedade", disse o pioneiro.

Conselho de Memória

Durante a solenidade de inauguração do memorial, Sabo assinou a Portaria nº 1068 de 2004 que instituiu oficialmente o espaço destinado à memória do MPDFT. A primeira semente do projeto foi lançada em 1996 pela comissão incumbida pelo ex-procurador-geral de justiça, Humberto Adjuto Ulhôa, de escrever a história do Ministério Público.

Eduardo Sabo lembrou a importância do trabalho desenvolvido pelo Conselho de Memória do MPDFT para a concretização do memorial. O Conselho foi composto pelo procurador de justiça João Alberto Ramos (coordenador), pelos procuradores de justiça aposentados: Gilvan Correia de Queiroz, Arthur Sebastião César da Silva, Marluce Aparecida Barbosa de Lima, Paulo Tavares Lemos e pela promotora de justiça aposentada Carmem Maria Martins Gomes.

O Conselho teve ainda a participação dos procuradores de justiça Suelly da Rocha Ambrósio da Fonseca, Zenaide Souto Martins, Amarílio Tadeu Freesz de Almeida e dos promotores de justiça Consuelita Valadares Coelho, Laura Beatriz C. B. Alves S.Rito, Sandra Julião Bonfá, Wanderley Ferreira dos Santos, Cristina Rasia Montenegro e Rita de Cássia Mendes de Souza.

Projeto começou em 2002

O Projeto Memória começou formalmente em 2002 com a publicação da Portaria 1357, do procurador-geral de justiça, Eduardo Sabo, que também nomeou um conselho de procuradores e promotores de justiça para executar o projeto.

Flagrantes históricos



Posse de José Jerônimo de Souza - hoje presidente do TJDF - no cargo de Defensor Público do MPDFT - 1972



Inauguração das instalações do MPDFT no 4º andar do Bloco O do INPS - 1968. Dario Cardoso, Guimarães Lima, Walter Ceneviva, ex-procuradores-gerais de justiça, e Arthur Sebastião Cesar da Silva, integrante do MPDFT

Ordem do Mérito

O Conselho Tutelar da Ordem do Mérito do MPDFT, presidido pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Sabo, homenageou na noite de 20 de maio, o presidente do Senado Federal, José Sarney; o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha; e a presidente da Fundação Ayrton Senna, Viviane Senna, com o grau máximo da comenda, o Grão-Colar. Essas autoridades foram agraciadas pela Portaria nº 496, de maio de 2003.

Em relação ao ano de 2004, foram condecoradas 67 pessoas e entidades que prestaram relevantes serviços à cultura jurídica ou ao Ministério Público. Os agraciados receberam as condecorações em ato solene realizado no auditório do edifício-sede do MPDFT.

A solenidade oficial das condecorações é realizada anualmente no dia 20 de maio - Dia do MPDFT. A Ordem do Mérito é constituída de quatro graus: Grão-Colar, Grã-Cruz, Comendador e Oficial, divididas em dois quadros: Ordinário e Especial. O Estandarte da Ordem é apostado sobre a bandeira da instituição agraciada.

Durante a cerimônia foi lançado o carimbo comemorativo do aniversário do MPDFT. O carimbo foi aplicado sobre selos do "Centenário de Nascimento de Lúcio Costa". As peças, carimbadas e assinadas pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Sabo, pelo presidente do TJDF, José Jeronymo de Souza, e pelo Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, farão parte do acervo filatélico dos Correios e servirão como fonte de pesquisa e registro do acontecimento. O diretor de Tecnologia e Infra-Estrutura dos Correios, Eduardo Moraes, conduziu a solenidade de lançamento do carimbo.



Homenageados

Grão-Colar Quadro Especial

Cláudio Lemos Fonteles
Gilson Langaro Dipp
Valmir Campelo Bezerra
Sandra Lia Simón
Nedens Ulisses Freire Vieira
Achiles de Jesus Siquara Filho
Estevam Carlos Lima Maia
Eduardo Alberto de Moraes Oliveira
Maria Aparecida Fernandes da Silva
Mário Machado Vieira Neto
Sérgio Bittencourt
Haydevalda Aparecida Sampaio
Carmelita Indiano A. do Brasil Dias
Adelith de Carvalho Lopes

Grão-Cruz Quadro Especial

Luiz Fernando Corrêa
Demóstenes Torres
Athos Costa de Faria
Carlos Augusto de Amorim Dutra
Cláudio Barros e Silva
Antônio Carlos Sigmaringa Seixas

Grã-Cruz Quadro Ordinário

José Valdenor Queiróz Júnior
Gaspar Antônio Viegas
Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto
Juliana Poggiali Gasparoni e Oliveira
Andrelino Bento dos Santos Filho
Nelson Faraco de Freitas
Marilda dos Reis Fontinele
Wanderley Ferreira dos Santos
Marcel Nóbrega de Araújo
Pedro Oto de Quadros
Fabiana de Assis Pinheiro

Comendador Quadro Especial

Arlete Sampaio
Josaphá Francisco dos Santos
Antônio José Ferreira
Alexandre Lima Ferro

Comendador Quadro Ordinário

Lenna Luciana Nunes Daher
Denise Rocha Mendes Costa
Antônio Henrique Graciano Suxberger
Sérgio Eduardo Correia Costa Gomide
Clayton da Silva Germano
Berenice Maria Scherer

Oficial Quadro Especial

Carlos Alberto Libanio Christo
(Frei Beto)
Antônio Celso dos Santos
José Mariano Beninca Beltrane
Israel Rodrigues Neves
Rosálvo Gomes de Oliveira
Jacimara Guerra Machado

Oficial Quadro Ordinário

Antônio Jorge Lunardi
Regina Fátima Fonteles Cabral
Sinara Lima de Almeida
Lédia Lúcia Gonçalves
Francisco Rosenélio de Carvalho
Cláudio Vinício Costa Ferreira
Joel Rodrigues Chaves Neto
Luciane Bastos Lage Vieira
Luciano Rodrigues de Faria
Marcello Maestri Rossoni
Sérgio Eduardo Ferreira de Lima
Carmem Magalhães

Estandarte

Agência Brasileira de Inteligência
Fundação Humanittas-Brasil
Hospital Sarah Kubitschek
Universidade Católica de Brasília
Universidade de Brasília
Polícia Civil do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros Militar
do Distrito Federal
Polícia Militar
do Distrito Federal

Arte e pensamento mudam o cotidiano dos integrantes do MPDFT

Fazer com que os servidores do MPDFT faltassem menos ao trabalho motivados por licenças médicas, se indispussem entre si com menor frequência e ainda encontrassem sentido no próprio trabalho e em suas vidas pessoais não eram, necessariamente, os objetivos dos responsáveis pelo Programa de Gestão de Competências e Habilidades, desenvolvido na instituição desde agosto de 1992. Mas foram esses alguns dos resultados diretos mais importantes atingidos com as diversas atividades do programa.

Criado para fornecer meios de capacitação técnica e formação integral dos servidores, o Programa dá mostras evidentes de que investir nas pessoas é a melhor forma de aprimorar a qualidade de vida nas organizações, sejam elas quais forem.

Diferenças

O que diferencia o Programa de Gestão de Competências e Habilidades do MPDFT dos demais programas de capacitação de recursos humanos nos órgãos públicos em Brasília são as escolhas referentes ao caminho a ser percorrido para desenvolver as capacidades e habilidades de cada um. Pensamento, arte e sensibilidade andam juntos na elaboração, execução e avaliação de todo o percurso.

As atividades do Programa são um convite ao crescimento pessoal. Os mais representativos nomes do cenário intelectual brasileiro são companhia constante dos integrantes do MPDFT em palestras que tratam de temas que vão desde ética, filosofia, comunicação, espiritualidade, até responsabilidade

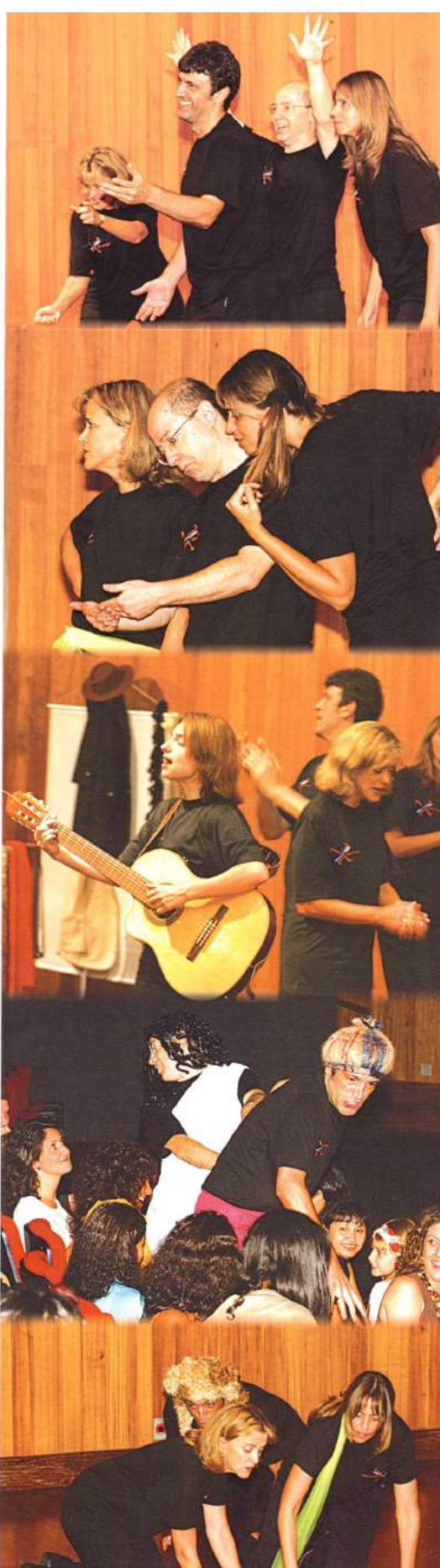
social. Em dois anos, passaram pelo auditório do edifício-sede alguns pesos-pesados do quilate do jornalista Carlos Heitor Cony. Também vieram, dentre outros: Frei Betto, Eduardo Bueno, professor Nuno Cobra, ator Tony Correia e o filósofo Mário Sérgio Cortella.

Em dois anos, o Programa de Gestão de Competências e Habilidades contou com a participação dos mais representativos nomes do cenário intelectual brasileiro.

Novas perspectivas

"A partir das palestras, os servidores passam a enxergar novas perspectivas na vida e isso se reflete no cotidiano profissional", avalia Leomar Daroncho, chefe do Departamento de Recursos Humanos do MPDFT. Em razão dos temas desenvolvidos nas palestras, assim como dos textos que são divulgados na intranet por meio do Projeto Pensarh, que integra o Programa, os participantes passam a produzir com mais inspiração e criatividade.

Aulas de Português e língua estrangeira também fazem parte do Programa, o que contribui para aumentar a qualidade da produção escrita. Isso refletiu-se também no concurso literário interno, que contou com a participação de 65 contos e poesias. Os vencedores tiveram suas obras publicadas em



Grupo Improvise - Teatro de Reprise

edição do concurso com tiragem de dois mil exemplares, disponíveis em algumas bibliotecas.

Sétima arte

Mensalmente, às quintas-feiras, os servidores assistem a filmes no projeto Sétima Arte na Quinta. O convívio com as artes visuais resultou em um concurso de fotografia, realizado em abril de 2004 com resultados surpreendentes. De 36 trabalhos inscritos, sete foram selecionados. Há ainda espetáculos de teatro e boas doses de entretenimento e integração nos eventos patrocinados pelo Departamento de Recursos Humanos.

A música também é apreciada nos corredores do MPDFT. Cerca de 50 servidores praticam semanalmente aulas de canto coral. O grupo, formado por procuradores, promotores de justiça e servidores da instituição, começou sob a batuta da maestrine Liérge Patriarca. Atualmente, o coral está sob o comando do professor Roberto Ramos, regente do Madrigal Magnificat.

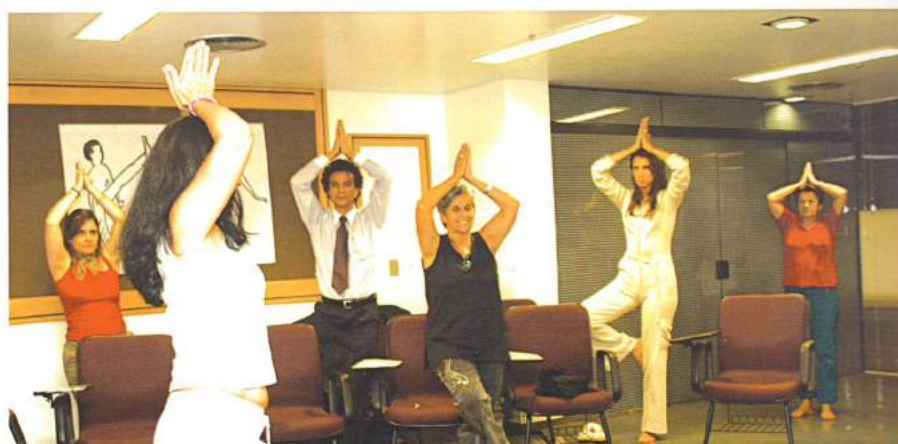
Capacitação

A prática profissional dos servidores também recebe estímulos a partir de uma série de cursos de capacitação em várias áreas de conhecimento técnico. Os aposentados são inseridos nas atividades do programa de estímulo. "Há o reconhecimento de que se está valorizando os indivíduos e isso melhora a auto-estima dos servidores", analisa Leomar Daroncho.

O Programa de Gestão de Competências e Habilidades parte da premissa de que o desempenho de uma organização recebe influência direta da ação individual de seus colaboradores. "As pessoas são a fonte da criatividade que leva à inovação e à mudança", diz Daroncho.

O investimento em capacitação produz efeitos no comportamento das pessoas. Ao ampliar seus leques de competências, aumenta a motivação e as torna mais aptas a desenvolver novas responsabilidades.

Saúde e harmonia



SOS Vida - Semana de Orientação à Saúde do MPDFT

Com cerca de um ano e meio de existência, o Programa de Gestão de Competências e Habilidades do MPDFT conseguiu reduzir em mais da metade o número de licenças médicas apresentadas ao Departamento de Recursos Humanos. Também diminuiu a instauração de sindicâncias internas provocadas por transgressões funcionais. Antes do programa, havia, em média, uma sindicância por semana. Hoje, instaura-se uma a cada quarenta e cinco dias. Na verdade, o MPDFT está indo além da formação meramente tecnicista. Está contribuindo para formar pessoas para uma vida melhor.

Segundo Leomar Daroncho, "com o programa, o MPDFT se ajustou às mais modernas práticas de gestão de pessoas. Essas práticas caminham de um modelo burocrático para um modelo estratégico, no qual a antiga ênfase no controle da força de trabalho cede lugar à busca do comprometimento com a missão da instituição e com os resultados a serem alcançados".

O grande crescimento na procura pela capacitação individual: pós-graduação, graduação e treinamentos específicos, também é apontado pelo chefe do DRH como um dado revelador do novo ambiente institucional.

Programa do MPDFT reduz a violência nas escolas



O ano de 2002 foi um marco decisivo para conscientização de que era necessário fazer um trabalho que buscasse resgatar a paz nas escolas públicas do Distrito Federal. Pesquisa do MPDFT em 690 instituições de ensino locais constatou naquele ano o que já se presumia: o Estado estava ausente, ou, no mínimo, omissos em relação ao assunto.

A pesquisa revelou esta situação: em 15% das escolas não havia cercas adequadas para impedir a passagem de estranhos; quase metade das escolas (42%) não dispunha sequer de porteiro - o déficit de pessoal para a função no período era de cerca de 600 pessoas; encontravam-se pontos de venda de bebida alcoólica próximos a 53% das escolas; faltavam pontos de ônibus nas imediações de 78% dos estabelecimentos pesquisados; em quase todas elas (97%), os problemas de iluminação foram considerados graves pelos entrevistados, já que a maior parte dos casos de violência ocorre nas imediações das escolas. O policiamento também era

precário ou inexistente na maioria das escolas públicas, principalmente à noite.

Em 2002, a Unesco – órgão das Nações Unidas para a Educação – chegou a situar o Distrito Federal como o local do País com o maior índice de armas de fogo presentes nas escolas. O DF "ganhava", no item violência, de Estados como o Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

A partir dos dados e das constatações, o MPDFT criou a Comissão de Segurança Escolar, que tratou logo de fazer um pacto com as secretarias de Educação e de Segurança do Distrito Federal para tentar reverter a situação envolvendo o problema da violência nas escolas. O primeiro passo foi conscientizar os educadores sobre a importância de reconhecer os fatos ilícitos ocorridos no ambiente escolar e de dar tratamento adequado ao problema. A espinha dorsal do programa são os Conselhos de Segurança nas Escolas. Formados por pais, alunos,

educadores, servidores, policiais, religiosos, comerciantes e quem mais queira deles participar, os conselhos levantam os principais problemas que afetam a paz da comunidade escolar, elegem prioridades e exigem soluções, quase sempre dos órgãos públicos. "Os conselhos são fundamentais na construção da cidadania", diz o promotor de justiça Rubin Lemos, membro da Comissão de Segurança Escolar do MPDFT e um dos idealizadores do projeto Paz nas Escolas.

Mudanças

Qualquer escola pode formar o seu conselho. Atualmente eles funcionam em cinco escolas: Centro Educacional Médio Setor Leste (Plano Piloto), Centro Educacional Médio 123 (Samambaia), Centro de Ensino Fundamental 619 (Samambaia), Centro de Ensino Fundamental 20 (Ceilândia) e Escola Classe 60 (Ceilândia). A maior parte dos conselhos tem cerca de um ano de existência. Mas todos já possuem bons resultados para mostrar.



O Centro de Ensino Médio 123 de Samambaia vivia cotidiano marcado pelo tráfico e uso de drogas, pela má iluminação e pela frequência de pessoas estranhas ao universo da escola. A partir da criação do conselho e da implementação das atividades, melhoraram o policiamento, a iluminação e o sistema de identificação dos alunos. Com as medidas, o relacionamento interno melhorou e as condições da escola garantem mais dignidade a todos.

O presidente do Conselho de Segurança do Setor Leste, Octávio Barbosa destaca que a presença de gangues - antes comuns na escola -, o problema das drogas e as agressões entre colegas diminuíram. As questões coletivas são discutidas em reuniões que procuram atrair a participação do maior número possível de pessoas ligadas à instituição de ensino.

No Centro de Ensino Fundamental 619 de Ceilândia, a mobilização cria novas pedagogias. Nas aulas de educação física, o objetivo dos jogos é

diminuir a violência, e não estimulá-la. De maneira lúdica, forja-se nova atitude para a paz.

A arte também cria oportunidades de melhoria da qualidade de vida nas escolas que aderem ao programa. Na Escola Classe 60, em Ceilândia, o projeto Musicart integra ações contra a violência usando o rap, estilo musical típico de denúncia social urbana. Passeios culturais, feiras, ações ambientalistas e uma série de atividades criativas começam a desenhar para a comunidade cenário bem mais pacífico.

As faces da violência

Para os especialistas, uma das formas de mudar realidades sociais complexas, como as que incluem fatores como a violência urbana, é o envolvimento de todos os segmentos da sociedade atingidos pelo problema.

Mas sem participação, mobilização da sociedade civil organizada e apoio do Estado, nada se consegue fazer.

A principal manifestação da violência nas escolas, segundo os especialistas, é de natureza física. São brigas - às vezes letais - roubos, assaltos, depredações, tiroteios. Na maioria das vezes, as brigas são consideradas eventos "corriqueiros", sugerindo a banalização da violência. Em geral, os alunos são as principais vítimas, seguidas pelos professores e funcionários.

Todavia, a violência simbólica também é violência e pode deixar seqüelas em suas vítimas. Agressões verbais, ofensas, desrespeito às diferenças de cor, sexo, idade, etc. Olhares agressivos ou desprezo também entram no rol das atitudes que violentam o outro.

Os impactos mais significativos da violência são: alteração do ambiente da escola - que se torna mais pesado; falta às aulas; piora da qualidade das aulas e perda de motivação por parte dos alunos. Os dados são das pesquisadoras Miriam Abramovay e Maria das Graças Ruas, autoras do livro *Violências nas Escolas*, lançado pela Unesco.

Há violência no ar

Basta ligar a TV. A violência entra diariamente em milhões de lares via satélite. Filmes, programas e até desenhos animados que instigam a violência e banalizam a vida humana muitas vezes são a opção de lazer para crianças, jovens e adultos. Lazer estranho esse, patrocinado por empresas e produtos que só querem vender e, pior, vender algo que a maioria nem sequer tem condições de comprar. Repensar a programação dos canais de televisão aberta, criar mecanismos de controle social dos conteúdos da mídia e estimular a educação e o pensamento crítico com base humanista são alguns dos caminhos que a sociedade pode e deve reivindicar como forma de se prevenir a disseminação da violência.

Identidade visual para atender melhor à população



Promotória de Justiça do Gama

Os prédios do Ministério Público do Distrito Federal terão um padrão único de arquitetura. O objetivo é facilitar a identificação dos locais onde funcionam as promotorias e procuradorias do MPDFT pelos usuários. O protótipo que deverá ser seguido é o prédio da Promotória de Justiça de Taguatinga, que já está em funcionamento. Cada unidade, porém, terá características internas próprias, conforme as necessidades específicas.

A licitação que contratou o arquiteto para desenvolver o projeto, incluiu a adoção do mesmo padrão como forma de diminuir futuros gastos com a contratação de outros profissionais, além de evitar o risco de haver profusão de projetos muito diferentes entre si para a instituição.

A decisão faz parte da política de implementação das obras de engenharia destinadas à ampliação dos espaços e à

melhor acomodação das promotorias do MPDFT alojadas, em sua maioria, em prédios alugados ou cedidos pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e por outros órgãos públicos. A situação mais flagrante pode ser vista na Promotória de Defesa da Infância e da Juventude, que funciona na respectiva Vara, na 909 Norte.

Com grande número de atendimentos diários e espaço precário, a promotoria deixa de oferecer ao público o conforto e até mesmo a privacidade necessários para o bom andamento das oitivas realizadas no local. A situação deverá mudar completamente após a inauguração do prédio próprio. Agentes públicos e comunidade serão diretamente beneficiados.

"Com a Constituição de 1988, aumentaram as atribuições do Ministério Público. Foram criadas promotorias especializadas e a demanda por mais

espaços fez com que buscássemos soluções para atender melhor à sociedade, uma vez que o edifício-sede já não comporta mais as necessidades", explica o diretor-geral do MPDFT, Antônio Marcos Dezan.

Prioridades

A sede da Promotória de Justiça de Samambaia deverá ser a próxima a ser inaugurada em data prevista para o início do segundo semestre deste ano. Em outubro, deverá estar pronta a obra que vai abrigar a Promotória de Justiça do Gama. No ano que vem, deverão ser abertos à comunidade os novos prédios das promotorias de justiça de Planaltina e de Defesa da Infância e Juventude, no Plano Piloto.

A Promotória de Justiça do Paranoá está entre as prioridades de obras em 2005 devido a crescente demanda pelos serviços do Ministério Público. A segunda etapa do

edifício-sede do MPDFT é outra prioridade por causa do aumento do número de procuradorias de justiça.

Segundo o diretor-geral do MPDFT, Antônio Marcos Dezan, as prioridades são escolhidas em função das necessidades apresentadas pelos promotores em suas áreas de atuação. "O ideal seria termos todas as obras em andamento para garantir acomodações adequadas para que a população seja bem atendida. Mas chegaremos lá", afirma. Para os responsáveis pelo setor de obras do MPDFT, modernidade vai além da forma.

A linha arquitetônica definida para os prédios do MPDFT segue o padrão moderno e dialoga com a estética proposta para Brasília, cidade que se tornou referência na arquitetura moderna. A simplicidade adotada na forma dos prédios para facilitar a identificação visual pelos usuários é uma das principais características. A funcionalidade e o uso racional dos equipamentos escolhidos visa a economia de recursos financeiros e demonstra uma atitude ecológica por parte do MPDFT.

Os prédios também refletem a preocupação com os portadores de necessidades especiais e pessoas com dificuldade de locomoção. Assim, integram-se às obras vários fatores que refletem o respeito com o patrimônio público e com os cidadãos.

Economia e funcionalidade



Perspectiva eletrônica do edifício-sede do MPDFT após a conclusão da segunda etapa

Ao planejar as obras, o Departamento de Arquitetura e Engenharia do MPDFT segue alguns princípios que norteiam a política da instituição: economia nos custos das obras, funcionalidade e sensibilidade ambiental.

O projeto arquitetônico padrão para todas as unidades caracteriza-se pela simplicidade nas formas. "O projeto foi pensado para não causar nenhum tipo de constrangimento aos usuários", explica Regina Fonteles Cabral, arquiteta-chefe do setor de obras do MPDFT. "Além disso, temos a preocupação com os portadores de deficiência e todos os demais que utilizam nossas instalações", diz ela.

Segundo a arquiteta, outra característica das obras é a sensibilidade em relação aos recursos naturais. Em todos os prédios, inclusive na sede, são utilizados mecanismos de controle de desperdício de energia elétrica e água, em sintonia com a política de gestão ambiental do MPDFT.

Andamento das obras

Edifício-Sede da Promotoria de Justiça do Gama

Prazo de execução: 24 meses
Início: novembro/2002
Término: outubro/2004
Situação atual: execução de 84,19%

Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude

Prazo de execução: 18 meses
Início: dezembro/2003
Término: maio/2005
Situação atual: execução de 11%

Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Planaltina

Prazo de execução: 24 meses
Início: dezembro/2003
Término: novembro/2005
Situação atual: execução de 9%

Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Samambaia
Situação atual: desenvolvimento dos projetos

Projetos para a Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do MPDFT
Situação atual: desenvolvimento dos projetos



Promotoria de Justiça do Gama

Escolha de atribuições das novas procuradorias



A criação pelo Congresso Nacional de quatro novas procuradorias de justiça no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios pelo Congresso Nacional, no final do ano passado, abriu a perspectiva para uma prática que, se for reafirmada no futuro, aprofundará a experiência democrática interna no órgão.

Ao contrário do que acontecia anteriormente – quando o procurador-geral decidia sozinho a distribuição das atribuições de cada procuradoria de justiça – a decisão, desta vez, nasceu de uma ampla consulta aos procuradores do MPDFT.

Havia procuradorias que recebiam até trezentos processos por mês e outras que tinham menor volume. Com essa discrepância, a destinação das atribuições das quatro novas procuradorias precisava de uma decisão que pudesse contemplar as necessidades internas de maneira mais justa. A questão era: qual o melhor critério para se fazer a repartição das atribuições das novas procuradorias e ocupar da melhor maneira os quatro cargos criados para o MPDFT?

A solução proposta pelo procurador-geral, Eduardo Sabo, foi realizar consulta entre os procuradores para que se levantassem prioridades e fossem encaminhadas sugestões. O processo envolveu praticamente todos os procuradores de justiça que viram nesse procedimento um modo mais igualitário para resolver o impasse interno e dar ainda mais agilidade no atendimento à sociedade.

O processo resultou em uma série de propostas dos procuradores levadas ao Conselho Superior do MPDFT, que acolheu a maior parte delas e editou a Resolução 50, que trata da reformulação da atuação dos procuradores. "As atribuições das novas procuradorias foi uma decisão colegiada e essa forma de decisão deverá servir de parâmetro para futuros impasses desse gênero". Essa é a expectativa do procurador de justiça cível, José Firmo Reis Soub, relator do processo e membro do Conselho Superior. Para ele, a decisão coletiva divide entre todos os procuradores as responsabilidades nas decisões e também o bônus da iniciativa da prática democrática.



Publicação do Ministério Público
do Distrito Federal e Territórios

Eixo Monumental - Praça do Buriti
Lote 2 Edifício-Sede
Brasília DF Cep 70091-900
Telefones: (61) 343-9604/343-9601/
343-9690.
Fax.: (61) 343-9754
www.mpdft.gov.br

Procurador-Geral de Justiça
José Eduardo Sabo Paes

Vice-Procurador-Geral de Justiça
Adilson Rodrigues

Corregedor-Geral
Amarílio Tadeu Freez de Almeida

Chefe do Gabinete
Trajano Sousa de Melo

Diretor-Geral
Antônio Marcos Dezan

Conselho Editorial
Luísa de Marillac Pantoja
Fabiana de Assis Pinheiro

Coordenação do Projeto
Assessoria de Comunicação do MPDFT
Conchita Rocha

Produção Editorial
Via Brasília

Fotografias
José Evaldo Gomes Vilela

Jornalista Responsável
Jaime Deconto
Registro Profissional - MTb: 2937
Tiragem: 2.500 exemplares

Impressão
Gráfica Diplomata

Controle do Tabaco

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do MPDFT quer mudar a cultura tabagista que, segundo a ONU, faz milhões de vítimas no Brasil. O caminho adotado é a implementação da legislação sobre o tema e a difusão das medidas que estão sendo adotadas para fazer valer a lei brasileira sobre o assunto, considerada uma das mais avançadas do mundo. Durante o I Fórum Nacional de Mobilização para o Controle do Tabaco, nos dias 31 de maio e 1º de junho, em Brasília, a promotoria reuniu os maiores especialistas no assunto. Além de servir para que várias instituições governamentais e não-governamentais pudessem trocar informações e experiências, o evento também fez um balanço da atuação da promotoria.

Sob a responsabilidade da Promotoria de Defesa do Consumidor do MPDFT estão dois dos mais importantes inquéritos da história do País sobre a responsabilização dos fabricantes de cigarros por danos à saúde dos consumidores. Nos processos, a Phillip Morris e a Souza Cruz foram condenadas por danos físicos e morais provocados aos fumantes. Foi por pressão da sociedade e pela ação do MPDFT que as publicidades de cigarro foram banidas dos veículos de comunicação.

"O documento O Tabagismo Visto sob Vários Aspectos, de Jandira Torreiro de Carvalho, informa que o cigarro ainda faz parte da rotina de 45% da população masculina e 20% da feminina no mundo. No Brasil, os dados são ainda mais alarmantes: 50% dos homens e 45% das mulheres fazem uso do cigarro".

"O estudo Estimativas da Incidência e Mortalidade por Câncer no Brasil, publicado pelo Instituto Nacional de Câncer - INCA, revela que, em 2002, seriam registrados 337.535 novos casos de câncer, sendo 165.895 entre homens e 171.640 entre mulheres".

"O câncer de pulmão continua crescendo entre as mulheres, figurando como a segunda maior causa de mortes. O fumo é o principal causador de câncer de pulmão, responsável por 90% dos casos. O cigarro também é fator de risco para outros tipos de câncer: boca, laringe, faringe, pâncreas, rins, bexiga, colo de útero e esôfago".

Fonte: Artigo "Onde há fumaça, há fogo", por Camila Micheletti
(<http://www.empregos.com.br>)

No ar

Questão de Justiça. Esse é o nome do programa que vai ao ar todas as sextas-feiras, de meio-dia a meio-dia e quinze nas ondas da rádio Justiça (FM 91,1) com a participação do MPDFT. O programa é para divulgar ao público as ações dos MP nos Estados e no Distrito Federal. A programação também pode ser retransmitida por outras emissoras educativas ou culturais de todo o País. O espaço foi criado pela Procuradoria-Geral da República. O acesso também pode ser feito pela Internet: www.radio-justica.gov.br. O MPDFT já tem lugar cativo no programa.

Meio ambiente

Longe de ser uma questão ligada exclusivamente às áreas naturais ou aos organismos vivos da flora e da fauna, o meio ambiente também precisa de atenção e cuidados especiais quando se trata do lixo, da poluição, do excesso de trânsito e da falta de qualidade de vida nas cidades. Foi o que se viu durante o VII Seminário de Direito Sanitário promovido pelo MPDFT nos dias 25 e 26 de maio, em Brasília. A ação do eletromagnetismo da telefonia celular sobre a saúde humana, o problema da falta de destinação dos resíduos sólidos, o abastecimento de água e as consequências do parcelamento irregular do solo para o meio ambiente foram alguns dos painéis que mais atraíram os participantes.

